

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

LEI Nº 3534 DE 30 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre reserva de vagas para negros e pardos nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo do município de Niterói e das entidades de sua administração indireta e no Poder Legislativo Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros e pardos 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no Poder Executivo do Município de Niterói, nas entidades de sua Administração Indireta e no Poder Legislativo Municipal.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 03 (três).

§ 2º Se, na apuração do número de vagas reservadas a negros e pardos, resultar número decimal igual ou maior do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

§ 3º Os candidatos destinatários da reserva de vagas a negros e pardos sempre concorrerão à totalidade das vagas existentes, sendo vedado restringir-lhes o acesso aos cargos ou empregos objeto do certame às vagas reservadas.

§ 4º Os candidatos que não sejam destinatários da reserva de vagas a negros e pardos concorrerão às demais vagas oferecidas no concurso, excluídas aquelas objeto da reserva.

§ 5º Para os efeitos desta Lei será considerado negro ou pardo o candidato que assim se declare no momento da inscrição, de acordo com os critérios de raça e cor utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o disposto no artigo 5º desta Lei.

§ 6º A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas no edital do concurso, caso não opte pela reserva de vagas.

§ 7º Não havendo candidatos negros ou pardos aprovados, as vagas incluídas na reserva prevista neste artigo serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

§ 8º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Art. 2º Detectada a falsidade da declaração a que se refere o art. 1º, § 5º, será o candidato eliminado do concurso, cópia dos documentos tidos como falsos serão imediatamente remetidas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para eventual ação penal, caso assim entenda o MP e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Na apuração dos resultados dos concursos, serão formuladas listas específicas para identificação da ordem de classificação dos candidatos cotistas entre si.

§ 1º A nomeação dos candidatos aprovados será de acordo com a ordem de classificação geral no concurso, mas, a cada fração de 05 (cinco) candidatos, a quinta vaga fica destinada a candidato negro ou pardo aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica.

§ 2º Na ocorrência de desistência de vaga por candidato negro ou pardo aprovado, essa vaga será preenchida por outro candidato negro ou pardo, respeitada a ordem de classificação da lista específica.

Art. 4º A reserva de vagas a que se refere a presente Lei constará expressamente dos editais de concurso público, devendo a entidade realizadora do certame fornecer toda orientação necessária aos candidatos interessados nas vagas reservadas.

Art. 5º A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, a autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

§ 2º A presunção relativa de veracidade de que goza a autodeclaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da comissão de heteroidentificação.

Art. 6º O disposto nos arts. 2º e 4º da presente Lei será efetivado por comissão de heteroidentificação, a ser constituída em todos os concursos, sendo formada por quatro integrantes que serão distribuídos por gênero e cor, indicados:

I – pela Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de Niterói, ou órgão que venham a suceder as atribuições da aludida Coordenadoria;

II – pela Câmara Municipal;

III – pela Comissão de Igualdade Racial da Subseção de Niterói da OAB/RJ e

IV – por entidade da sociedade civil notoriamente atuante na defesa dos direitos de negros e pardos.

Parágrafo único. A comissão de heteroidentificação será constituída por cidadãos:

I - de reputação ilibada;

II - residentes no Município de Niterói;

III – que tenham participado de oficina sobre a temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo com base em conteúdo disponibilizado por algum órgão ou entidade responsável pela promoção da igualdade étnica; e

IV - preferencialmente experientes na temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo.

Art. 7º Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

§1º. Durante o processo de verificação, o candidato deverá responder às perguntas que forem feitas pela comissão de heteroidentificação.

§2º. O procedimento de verificação será filmado pela organizadora do concurso para fins de registro de avaliação e será de uso exclusivo da comissão avaliadora, podendo ser requerido pelo candidato a qualquer momento.

§3º. A análise da comissão avaliadora considerará o fenótipo apresentado pelo candidato na apresentação presencial.

§4º. Será considerado negro ou pardo o candidato que assim for reconhecido como tal por pelo menos dois dos membros da comissão avaliadora.

§5º. As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para o concurso público para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades, exceto quando for considerado negro pela unanimidade da Comissão.

§ No caso previsto na parte final do § 5º, poderá ser emitido Certificado ao candidato, sem nenhum custo, caso seja por ele requerido.

§6º. É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.

Art. 8º O procedimento de heteroidentificação previsto no art. 7º desta Lei submete-se aos seguintes princípios e diretrizes:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;

III - garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;

IV - garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo;

V - atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela administração pública; e

VI - garantia da efetividade da ação afirmativa de reserva de vagas a candidatos negros nos concursos públicos de ingresso no serviço público municipal.

Art. 9º Para efetividade do processo de heteroidentificação deverão ser observadas as seguintes medidas:

§ 1º O edital definirá se o procedimento de heteroidentificação será promovido sob a forma presencial.

§ 2º A fase específica do procedimento de heteroidentificação ocorrerá imediatamente antes do curso de formação, quando houver, e da homologação do resultado final do concurso público.

§ 3º Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a duas vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras e pardas previstas no edital, ou dez candidatos, o que for maior, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas no edital do concurso.

§ 4º Os candidatos habilitados dentro do quantitativo previsto no § 3º serão convocados para participarem do procedimento de heteroidentificação, com indicação de local, data e horário prováveis para realização do procedimento.

§ 5º O candidato que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será eliminado do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

Art. 10. Os membros da comissão de heteroidentificação assinarão termo de confidencialidade sobre as informações pessoais dos candidatos a que tiverem acesso durante o procedimento de heteroidentificação.

§ 1º Serão resguardados o sigilo dos nomes dos membros da comissão de heteroidentificação, podendo ser disponibilizados aos órgãos de controle interno e externo, se requeridos.

§ 2º Os currículos dos membros da comissão de heteroidentificação deverão ser publicados em sítio eletrônico da entidade responsável pela realização do certame.

Art. 11. Os editais preverão a existência de comissão recursal.

§ 1º A comissão recursal será composta por três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação, indicados pelas instituições previstas no art. 6º e que cumpram os requisitos previstos no parágrafo único do referido artigo.

§ 2º Aplica-se à comissão recursal o disposto nesta Lei para os membros da comissão de avaliação.

Art. 12. Das decisões da comissão de heteroidentificação caberá recurso dirigido à comissão recursal, nos termos do Edital.

Parágrafo único. Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal o candidato por ela prejudicado.

Art. 13. A presente Lei vigorará por 10 (dez) anos, devendo a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – CEPPIR –, ou outro órgão com as mesmas atribuições, promover o acompanhamento permanente dos seus resultados e produzir relatório conclusivo a cada 02 (dois) anos.

Parágrafo único. No primeiro trimestre do último ano de vigência da presente Lei, o Coordenador de Políticas de Promoção da Igualdade Racial enviará ao Prefeito e à Câmara Municipal relatório final sobre os resultados alcançados, podendo recomendar ou não a edição de nova Lei sobre o tema.

Art. 14. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando aos editais de concurso já publicados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 30 DE JULHO DE 2020.

Rodrigo Neves – Prefeito

(PROJETO DE LEI Nº. 172/2020 - AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 34/2020)

LEI Nº 3535 DE 30 DE JULHO DE 2020

Revoga na íntegra a Nº Lei 3533 de 15 de julho de 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada na íntegra a Lei 3533/2020 que altera a Lei 3481 de 02 de abril de 2020, que institui o Fundo de Crédito Emergencial do Município de Niterói, criado no contexto das medidas para enfrentamento econômico da epidemia do vírus COVID-19.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a contar de 16/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 30 DE JULHO DE 2020.

Rodrigo Neves – Prefeito

PROJETO DE LEI Nº. 186/2020 - AUTOR: MESA DIRETORA

DECRETO Nº 13.692/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3460/2019, de 30 de dezembro de 2019.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 291.842,74 (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 30 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 30 DE JULHO DE 2020.

Rodrigo Neves – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 13.692/2020

CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
22.83 FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0011.4022	339039	203	145.921,37	-
22.83 FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0148.7777	339039	138	145.921,37	-
22.83 FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0011.4023	339039	138	-	145.921,37
22.83 FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0148.7777	339039	203	-	145.921,37
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				291.842,74	291.842,74

NOTA:

FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

FONTE 203 – RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS

DECRETO Nº 13.693/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3460/2019, de 30 de dezembro de 2019.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 4.321.147,91 (quatro milhões, trezentos e vinte um mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e um centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 30 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 30 DE JULHO DE 2020.

Rodrigo Neves – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 13.693/2020

CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	319004	100	2.590.157,09	-
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	319013	100	548.143,18	-
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	339046	100	119.094,16	-
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	339049	100	61.887,28	-
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0148.7777	339047	100	25.901,57	-
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.122.0145.4191	339039	138	975.964,63	-
25.43 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.0955	319011	100	-	3.345.183,28
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.122.0145.4189	339039	138	-	975.964,63
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				4.321.147,91	4.321.147,91

NOTA:

FONTE 100 – RECURSOS ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

DECRETO Nº 13.694/2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Coronavírus (COVID-19); CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019; CONSIDERANDO o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN; CONSIDERANDO o Decreto nº 13.506/2020, que dispõe sobre a declaração de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Município de Niterói; CONSIDERANDO necessidade de manutenção das medidas restritivas para evitar a disseminação do Coronavírus, consoante recomendação da OMS para as autoridades de saúde.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam estendidos os prazos das medidas restritivas, das cobranças e das suspensões constantes no Decreto nº 13.648/20 até o dia 31 de agosto de 2020.

Art. 2º- Fica autorizada a abertura dos clubes, das 6 horas até às 21 horas, durante todos os dias da semana, observados os protocolos sanitários, de distanciamento social e de uso obrigatório de máscara facial.

Art. 3º- Os parques municipais ficam autorizados a funcionar das 9h às 18 horas.

Art. 4º- Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 30 DE JULHO DE 2020.

Rodrigo Neves – Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o **deferimento** da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos *deferidos em 29/07/2020*.

750001007/2020
750001566/2020
750001948/2020
750002333/2020
750002353/2020
750002495/2020
750002664/2020
750002793/2020
750002795/2020
750002799/2020
750002818/2020
750002888/2020
750002889/2020
750002894/2020
750002903/2020
750002923/2020
750002925/2020
750002848/2020

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o **indeferimento** da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos *indeferidos em 29/07/2020*.

750002825/2020
750002915/2020

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS**

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 1.805,42 (mil oitocentos e cinco reais e quarenta e dois centavos)**, os proventos mensais **LEOPOLDO HUGO RIBEIRO, Agente Administrativo**, Matrícula n.º 226.381-2, Classe A, Referência VII, Nível Fundamental do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE – R\$ 1.337,35 (mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos)

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003 c/c a Lei nº 3.365/2018.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 468,07 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sete centavos)

- Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **35%(trinta e cinco) por cento**.

Ref. Processo 200/2769/2018.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 2.942,90 (Dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)**, os proventos mensais de **RAQUEL REBELLO ANDRADE MONTEIRO, Técnico em Higiene Dental**, Matrícula n.º 433.831-5, Classe A, Referência XIV, Nível Médio, do Quadro Permanente, aplicando-se aos proventos a forma de cálculo e critério de reajuste conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE - R\$ 2.452,42 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, c/c art. 1º da Lei 3.410/2019, ref. XIV da tabela salarial de nível Médio.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 490,48 (Quatrocentos e noventa reais e quarenta e oito centavos).

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **20% (vinte) por cento**.

Ref. Processo 200/15732/2019.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 1.568,97 (mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos)**, os proventos mensais de **JORGE GOMES**, aposentado no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 432.935-5, Referência XIV, Nível Fundamental do Quadro Permanente, conforme Art. 40 parágrafos 3º 8º e 17 da CRFB/1988, (redação dada pela emenda constitucional 41/2003) c/c art. 1º da Lei 10.887/2004; conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, publicada em 31/10/2003, c/c art. 1º da Lei Municipal nº 3.410/2019; art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei nº 531/1985. Referente ao processo administrativo nº 200014330/2018.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados os proventos mensais, em parcela única, no valor de **R\$ 1.778,14 (mil setecentos e setenta e oito reais e quatorze centavos)**, os proventos mensais de **SÔNIA MARIA DA SILVA TINOCO**, aposentada no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 435.771-5 Referência XVII, Nível Fundamental do Quadro Permanente, conforme Art. 40 parágrafos 3º 8º e 17 da CRFB/1988, (redação dada pela emenda constitucional 41/2003) c/c art. 1º da Lei 10.887/2004; conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, publicada em 31/10/2003, c/c art. 1º da Lei Municipal nº 3.149/2019, publicada em 05/07/2019; art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei nº 531/1985. Referente ao processo administrativo nº 200006492/2019.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados, a contar de 30/07/2019, em **R\$ 2.534,43 (dois mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos)**, os proventos mensais de **JORGE LIMA DOS SANTOS Agente Administrativo**, Matrícula n.º 222.511-8, Classe A, Referência XIII, Nível Fundamental, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE – R\$ 1.877,36 (mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, c/c art. 1º da Lei 3.410/2019, ref. XIII da tabela salarial de nível fundamental.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 657,07 (Setecentos e cinquenta e sete reais e sete centavos)

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **35% (trinta e cinco) por cento.**

Ref. Processo 200013153/2018.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 2.265,77 (Dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos)**, os proventos mensais de **ZELI REGINA DOS SANTOS LINHARES, Assistente Administrativo**, Matrícula n.º 229.522-8, Classe A, Referência VII, Nível Médio do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05 e Lei 3410 de 05/07/2019 que reajusta os vencimentos dos servidores deste Município em 4,75%, a contar de 01/06/2019.

VENCIMENTO BASE – R\$1.742,90 (Mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa centavos).

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003 c/c Lei 3365/2018 - ref. VII da tabela salarial de nível Médio.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 522,87 (Quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos)

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **30% (trinta) por cento.**

Ref. Processo 200/2316/2019.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 4.949,23 (quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos)**, os proventos mensais de **MARIE ANGE MALHEIROS NAEGELE, Odontóloga**, Matrícula n.º 433.692-1, Classe A, Referência XV, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE – R\$ 4.124,36 (quatro mil cento e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos)

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, ref. XV da tabela salarial de Nível Superior.

VANTAGEM PESSOAL – R\$ 824,87 (oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos)

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **20% (vinte) por cento.**

Ref. Processo 200013555/2019.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 5.683,85 (Cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos)**, os proventos mensais de **ANA THEREZINHA MARTINS DOS SANTOS, Fisioterapeuta**, Matrícula n.º 432.453-9, Classe A, Referência XVII, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE – R\$ 4.547,08 (Quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oito centavos).

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, c/c art. 1º da Lei 3.410/2019, enquadrada na ref. XVII da tabela salarial de Nível Superior.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 1.136,77 (Mil, cento e trinta e seis reais e setenta e sete centavos).

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **25% (vinte e cinco) por cento.**

Ref. Processo 200012562/2019.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 4.874,78 (quatro mil oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos)**, os proventos mensais de **ADRIANA GONÇALVES DA SILVA SANTOS, Técnico de Planejamento**, Matrícula n.º 000.243-2, Classe A, ref. XIV Nível Superior, do Quadro Permanente, aplicando-se aos proventos a forma de cálculo e critério de reajuste conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05.

VENCIMENTO BASE – R\$3.749,83 (três mil setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos)

Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 2.104/2003, ref. XIV da tabela salarial de nível Superior.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 1.124,95 (mil cento e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **30% (trinta) por cento.**

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO PROCESSO Nº 200/18022/2019– PREGÃO 17/2020

Corrigenda

A Comissão Permanente de Pregão Eletrônico da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica que:

No item abaixo do Edital:

Nas Considerações sobre os EQUIPAMENTOS:

Equipamento para o LOTE 1: Onde se lê: “Velocidade mínima de 180 testes/hora, **LEIA-SE Velocidade mínima de 240 testes/hora;**”

Equipamento para o LOTE 2 e 3: Leia-se: “Velocidade mínima de 100 testes/hora, **LEIA-SE Velocidade mínima de 150 testes/hora;**”

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Ato do Presidente

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

R E S O L V E

Averbação de Tempo de Serviço – Deferido

Proc.2100002672/2020 – Ilda de Araujo Scotelaro.

Proc.2100002605/2020 – Soraya Soares Saldanha.

Proc.2100002450/2020 – Renata Cristina Brandão da Silva.

Proc.2100002738/2020 – Marcia de Oliveira Romão.

Proc.2100002753/2020 – Kelly Regina dos Reis Machado.

Permuta - Deferido

Página 6

Proc.2100001030/2020 – Bianca Ribeiro dos Santos da FME de Niterói – RJ com Priscila dos Santos Machado da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ

Acumulação de Cargo - Deferido

Proc. 210002521/2020 – Jocila Tavares – matrícula nº112323939 – Fundação Municipal de Educação de Niterói e matrícula nº13258 – Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Cancelamento de Readaptação - Deferido

Proc.2100001033/2020 – Heliane de Carvalho Parrini Ferreira.

Licença Para Candidatura Eleitoral – Deferido

Proc.2100002660/2020 – Carla Maia da Silva.

Proc.2100002593/2020 – Luciene Moraes Gonçalves da Silva.

Disposição sem Ônus - Deferido

Proc.2100002249/2020 – Telma Regina Lemos Ferreira.

Proc.180002323/2019 – Carlos Eduardo Pereira Barros.

Proc.180002317/2019 – Renata Maia Guimarães Rodrigues.

Proc.180000831/2020 – Ana Maria Felix.

Auxílio Natalidade - Deferido

Proc.2100002557/2020 – Camila Cardoso Moraes.

Proc.2100002442/2020 – Mayara de Castro dos Santos Marins.

Auxílio Doença - Deferido

Proc.2100002459/2020 – Claudia Maria de Sá Motta de Souza.

Licença remunerada para estudo – deferido

Proc. 210002808/2020 – Diogo Falante Cosendy.